

OPINIÃO

SIMPÓSIO: BRASIL RUMO AO PLENO EMPREGO

O que nunca tivemos e o que ainda nos falta: sobre o mundo do trabalho e o mito do pleno emprego no Brasil

*Demian Castro**

Nos últimos meses temos constatado que, apesar dos ventos globais, os índices de desemprego no Brasil têm atingido níveis historicamente baixos. Este fato pode levar-nos, com certa dose de euforia, a acreditar que acabamos de pousar, tardiamente, no mundo do pleno emprego. Daqui em diante, procuraremos fazer algumas reflexões para que possamos voltar à realidade sãos e salvos deste pensamento otimista.

Nas décadas de cinquenta e sessenta do século passado, os países capitalistas avançados apresentaram elevadas taxas de crescimento a partir da difusão de um padrão de acumulação industrial reconhecido como fordista, generoso sob a ótica do emprego. Esses países, sem deixar de gerar riqueza e altas rendas, produziram um processo de massificação relativamente homogêneo, dinâmico e ancorado no mundo do trabalho em atividades industriais e de serviços. Para contribuir ao novo constructo democrático e à paz social, o Estado teve que aceitar a representação das classes subalternas e ampliar suas atribuições ou reconstruir as suas atribuições na forma de políticas públicas e sistemas poderosos de seguridade social e outras, não menos importantes, políticas sociais, como por exemplo, educação. Nesses anos e nesse ambiente, só não trabalhava quem não queria. A combinação da “base fordista” e o Estado do Bem-Estar fizeram com que o pleno emprego saísse das páginas das possibilidades teóricas para o dia a dia do consumidor de massa. Assim posto, o tema do pleno emprego ganha contornos importantes para a pesquisa histórica, pois acaba vinculado a um conjunto amplo e complexo de fatores vigentes num dado período (relativamente curto) da história do capitalismo.

Dessa época até hoje muita coisa mudou, a segunda revolução industrial deu lugar a um novo, amplo e profundo núcleo dinâmico de acumulação de capital que abre as portas da terceira revolução industrial. O Brasil, sem ter transitado pelas condições que convergiram nos Estados de Bem-Estar de base fordista nos anos cinquenta, não disse a que veio na terceira revolução industrial. No cenário internacional somos grandes produtores exportadores de *commodities* agrícolas

* Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: demian@ufpr.br.

e industriais, com pauta extremamente concentrada em poucos produtos.

Durante as etapas de constituição e difusão dos setores pesados da indústria produzimos níveis elevados de empregos formais, mas o caráter extremamente concentrado e autoritário do regime militar, fechado às classes subalternas em expansão e à questão agrária, também produziu contingentes impressionantes de trabalhadores informais. O crescimento a qualquer custo seria a condição necessária e suficiente para abordar a questão social, desconhecendo a importância dos processos históricos que levaram à democracia de massa e as consequências da implosão das convenções de Bretton Woods para o mundo capitalista.

Nos anos de crise, na década de oitenta e, principalmente, na década de noventa, com a inserção passiva à finança global, essa massa bastante heterogênea de trabalhadores informais não parou de crescer, chegando, em 1996/1998, à metade das ocupações. A violenta abertura comercial e financeira e o câmbio valorizado foram claramente desindustrializantes, o processo de desnacionalização da indústria e dos serviços foi intenso, os mecanismos do controle bem sucedido da inflação provocaram substituição continuada de insumos domésticos por importados. Desta forma, o trunfo estabilizador ocorreu às custas da fragilização do balanço de pagamentos e de qualquer projeto consistente para a indústria e a sociedade brasileiras, distante no horizonte temporal a perspectiva de gerar em números expressivos empregos de qualidade melhorando o mercado de trabalho. Massificamos o consumo de celulares e de diversos artefatos inovadores abdicando, contudo, de entender e dominar os processos que os produzem e rapidamente os descartam.

Na última década, muitas coisas importantes aconteceram e, mesmo sabendo que há elementos de continuidade bastante claros em relação à política praticada no período anterior, é necessário identificar e reconhecer que há, também, importantes elementos de ruptura em relação a esse período, principalmente no mundo do trabalho e na abordagem da questão social implícita, na política econômica, nas ações visando estimular o consumo através da expansão do crédito, por exemplo. Homeopaticamente, o índice de Gini apresentou certa melhora, indicando a elevação da massa salarial e dos salários médios por políticas mais deliberadas de aumento do salário mínimo. De modo complementar, o programa Bolsa Família tem permitido resgatar milhares de indivíduos da insegurança alimentar.

Parte importante deste impulso à recomposição do mundo do trabalho veio dos impactos dinâmicos gerados pela fantástica demanda chinesa de *commodities* agrícolas e industriais. De outro lado, também a manufatura chinesa entrou no Brasil e no mundo carregando um padrão salarial vergonhoso, em nada parecido ao sepultado fordismo dos cinquenta e sessenta (vale a pena ler *As Meninas da Fábrica*, sobre o périplo dramático das operárias chinesas, entre 16 e 22 anos, vindas do campo para trabalhar nas fábricas). A presença deste novo “parceiro” internacional no nosso país testa a coerência e a competência das políticas públicas e da inteligência dos setores que estão sendo desestruturados pela feroz concorrência.

Por um lado, tenta-se estimular o consumo dos setores recentemente incorporados a este circuito com a expansão do crédito e, por outro, há a tentação de baixar o nosso já baixo padrão salarial. Basta dizer que muitos consideram que os indivíduos passam a ser integrantes das novas classes médias emergentes quando atingem rendimentos mensais de mil e seiscentos reais. É necessário ponderar, portanto, que esses novos consumidores são ainda muito vulneráveis e que, apesar dos percentuais relativamente baixos do crédito em relação ao PIB, em comparação com os países desenvolvidos, nosso endividamento sempre ocorrerá no fio da navalha da inadimplência e o *default*.

Mais recentemente, o país vem sendo mobilizado em prol da indústria instalada no território nacional, seu peso em relação ao PIB caiu aos níveis dos anos JK, mais de cinquenta anos atrás! Muitos produtores nacionais de manufaturas não hesitam em transferir suas bases de produção para a Índia ou a China. Com raras exceções, produzimos majoritariamente postos de trabalho e ocupações de má qualidade. Atendentes do comércio, peões da construção civil e empregados domésticos não constituem o mundo do bem-estar. Sem desconhecer a importância social do emprego formal, é necessário admitir que o Brasil precisa ampliar rapidamente o peso relativo das ocupações qualificadas no conjunto das ocupações formais e, ainda, avançar consistentemente no sentido de reduzir a informalidade. Esta tarefa envolve entendimentos que extrapolam o campo das relações cambiais e, talvez, dos instrumentos de política macroeconômica. Ainda não aprendemos os segredos do ambiente que acolherá a inteligência coletiva capaz de gerar endogenamente progresso técnico. Parece uma velha questão cepalina, mas não é.

Neste cenário, em que o Estado e os blocos de capitais presentes no país são incapazes de pactuar ações e políticas que nos levem a jogar um outro jogo no capitalismo global, não devemos comemorar nenhum pleno emprego.

